

Prefácio por  
**Tercio Sampaio Ferraz Jr.**

---

**Norberto Bobbio**

---

Estudos por uma  
**TEORIA GERAL  
DO DIREITO**

Tradução: Daniela Beccaccia Versiani



Título do original em italiano: *Studi per una teoria generale del diritto*  
Copyright © 2012 – G. Giappichelli Editore – Torino

EDITOR GASTOR: Walter Luiz Coutinho  
EDITORA RESPONSÁVEL: Sônia Midori Fujiyoshi  
PRODUÇÃO EDITORIAL: Luiza Bonfim, Rodrigo Botelho  
EDITORA DE ARTE: Deborah Sayuri Takaiishi  
TRADUÇÃO DO ORIGINAL: Daniela Beccaccia Versiani  
TRADUÇÃO DA LEGISLAÇÃO ITALIANA: Erica Aparecida Salatini  
TRADUÇÃO DAS CITACÕES EM LADIM: Alexandre Pinheiro Hasegawa  
REVISÃO TÉCNICA: César Mortari Barreira  
CAPA: Departamento de arte da Editora Manole  
IMAGEM DA CAPA: Thinkstock\_antiquespiralstaircase  
FOTOLITO: © Instituto Norberto Bobbio  
PROJETO GRÁFICO: Departamento editorial da Editora Manole

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Bobbio, Norberto, 1909-2004.  
Estudos por uma teoria geral do direito  
Norberto Bobbio; traduzido por Daniela Beccaccia Versiani. – Barueri, SP:  
Manole, 2015.

Título original: Studi per una teoria generale del diritto.  
ISBN 978-85-201-1082-7

I. Direito – Filosofia 2. Direito – Teoria  
I. Título.

11-12116

CDU -340.11

Índices para catálogo sistemático:

- I. Direito : Teoria : 340.11
- 2. Teoria geral do direito : 340.11

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, por qualquer processo, sem a permissão expressa dos editores. É proibida a reprodução por xerox.

A Editora Manole é filiada a ABDR – Associação Brasileira de Direitos Reprográficos.

Edição – 2015

Direitos em língua portuguesa adquiridos pela  
Editora Manole Ltda.  
Av. Ceci, 672 – Embore  
06460-120 – Barueri – SP – Brasil  
Tel.: (11) 4196-6000 – Fax: (11) 4196-6021  
www.manole.com.br  
juridico@manole.com.br

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

- 3 – Comandos e conselhos • 43
  - 1. Estado da questão • 43
  - 2. Características distintivas do conselho em Suárez • 46
    - 3. ...em Hobbes • 48
    - 4. ...em Thomasius • 50
    - 5. Em relação ao sujeito ativo • 52
    - 6. Em relação ao sujeito passivo • 54
    - 7. Em relação à razão da obediência • 59
      - 8. Em relação ao fim • 62
    - 9. Em relação às consequências do cumprimento • 64
      - 10. ...e do não cumprimento • 65
      - 11. Conclusões • 67
      - 12. Conselhos e exortações • 69
      - 13. Os conselhos no direito • 71
  
- 4 – Sobre o princípio de legitimidade • 75
  - 1. Revisão bibliográfica • 75
  - 2. Distinção entre legitimidade e legalidade • 78
  - 3. Consequências dessa distinção com relação à teoria do poder • 79
    - 4. Justiça e validade na teoria da norma • 81
    - 5. Correspondência entre o poder e a norma • 82
      - 6. Sumo poder e norma fundamental • 84
      - 7. Efetividade e eficácia • 86
      - 8. Efetividade e legitimidade • 88
  - 9. Circularidade entre os requisitos do poder e os requisitos da norma • 89
  
- 5 – Sobre os critérios para solucionar as antinomias • 91
  - 1. Posição do problema • 91
  - 2. Os três critérios tradicionais: o critério cronológico, o critério hierárquico e o critério de especialidade • 96
  - 3. Os três critérios como presunções de justiça • 100
  - 4. Validade relativa e respectiva dos três critérios • 107
    - 5. O problema do conflito dos critérios: análise e solução dos três casos possíveis • 111

## 6 – Direito e força • 117

1. A força como conteúdo das normas jurídicas • 117
2. Teorias pró e contra a coação • 121
3. Individuação das normas jurídicas com base no conteúdo • 123
4. Argumentos em favor da teoria do direito como regra da força • 125
5. As três possíveis soluções do problema da relação entre direito e força • 128
  6. Três objeções à teoria tradicional • 129
  7. O direito como ordenamento coativo: primeiro detalhamento • 131
  8. O direito como ordenamento coativo: segundo detalhamento • 134
  9. A teoria do direito como regra da força e formalismo • 137

## 7 – Ser e dever-ser na ciência jurídica • 139

1. Três significados de ciência normativa. Os dois significados tradicionais e o significado kelseniano • 139
  2. Metajurisprudência descritiva e metajurisprudência prescritiva: duas tendências em contraste • 145
  3. Análise do primeiro significado de jurisprudência como ciência normativa: levantamento, revisão, aplicação e sistematização de norma • 153
  4. Análise do segundo significado: o *Sollen* descritivo e sua crítica • 158
  5. Análise do terceiro significado: os dois problemas da neutralidade científica e da ciência do direito como fonte de normas jurídicas • 164

## 8 – Normas primárias e normas secundárias • 175

1. Dois significados de secundário • 175
2. Como essa duplicidade de significados repercute na distinção entre normas primárias e secundárias • 177
  3. Três diferentes soluções (teoria tradicional, Kelsen, Hart) • 180
  4. As normas secundárias como normas relativas a normas • 183
  5. Três classes de normas secundárias • 186
  6. Sistemas normativos simples e sistemas normativos complexos • 189
  7. Como ocorre a passagem de um sistema simples para um sistema complexo • 191
  8. O ordenamento jurídico como sistema normativo complexo • 194
  9. Teoria do ordenamento jurídico como sistema complexo e teoria da instituição • 197

## Índice Onomástico • 201